

ONDE ESTÃO OS ALUNOS NEGROS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (PR)?

Pedro Dias Mangolini Neves
Maria das Graças de Lima
Aldenir Dias dos Santos^(*)

RESUMO

Essa pesquisa buscou caracterizar os estudantes negros da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Para a realização deste trabalho foi utilizado referência bibliográfica para entender melhor as questões raciais e poder escrever sobre elas. Foi utilizada também uma tabela da cor/raça dos alunos matriculados na UEM separado nos cursos em que estão matriculados, organizada pelo Núcleo de Processamento de Dados (NPD) desta instituição, com dados adquiridos pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA). Nossa preocupação advém das condições vividas pela população negra no Brasil, desde sua retirada das várias regiões da África para no Brasil serem escravizados até os dias atuais. Esta população tem uma história de exclusão, após anos de trabalho escravo é excluída do acesso a qualquer política pública e sem alguma chance de acesso principalmente à universidade. Concluímos com esta pesquisa que os estudantes negros da UEM, como na maior parte das universidades, estão, em sua maioria, matriculados em cursos nas áreas menos valorizadas pela sociedade, como os cursos de Ciências Humanas, ficando fora, em sua expressiva maioria de cursos como medicina, engenharia e direito.

Palavras-chave: Geografia cultural; Cotas raciais; Educação; Políticas públicas.

WHERE ARE THE BLACK STUDENTS OF THE STATE UNIVERSITY OF MARINGÁ (PR)?

ABSTRACT

This research aimed at characterizing the black students at the State University of Maringá (UEM). For this paper, we used bibliographic reference to better understand racial issues and be able to write about them. It was also used a table of color / race of students enrolled at the State University of Maringá separate courses in which they are enrolled, organized by the Center for Data Processing (NPD) this institution, with data acquired by the Office of Academic Affairs (DAA). Our concern comes from the conditions experienced by black people in Brazil, from their withdrawal from the various regions of Africa to be enslaved in Brazil to nowadays This population has a history of exclusion. After years of slave labor, it is excluded from access to any public policy and had no chance of accessing mainly university. We concluded from this survey that the

^(*) **Pedro Dias Mangolini Neves.** Graduado em Geografia (licenciatura plena e bacharel) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2010), onde participa do Programa de Pós-graduação em Geografia com ênfase em Análise Regional e Ambiental, sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do Grupo de Estudos Multidisciplinares do Meio Ambiente (GEMA/UEM). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ações Afirmativas; Cartografia Geoambiental; Agrotóxicos.

Maria das Graças de Lima. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)(1985); mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)(1993) e doutorado em Geografia Humana pela USP (2001). É professora Adjunto do Departamento de Geografia (UEL); membro do Conselho Editorial da *Revista Teoria e Prática da Educação* (UEM) e da *Revista Eletrônica Estudos Geográficos* (UNESP)..

Aldenir Dias dos Santos. Graduado em História pela Universidade Metodista de Piracicaba (UMP)(1998), mestrado em Educação pela mesma instituição (2003) e doutoranda em Ciências Sociais na PUC-SP. É docente licenciada na Faculdade de São Vicente (UNIBR) e na Pós-graduação da Universidade Santa Cecília (Unisantia). Pesquisadora da História e Cultura Africana e Afro brasileira. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação das Relações Étnico-Racial e Gênero, atuando com os temas do cooperativismo e movimentos sociais. Ministra cursos com os temas: direitos das mulheres, violência sexista, Leis 10.639/03 e 11.645/08, história e cultura africana, afro brasileira e indígena. Ex-pesquisadora colaboradora no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos (Unisantos).

black students of UEM, as in most universities, are mostly majoring in less valued areas by Brazilian society, as the Humanities majors, and they out of most valued majors, such as medicine, engineering and law.

Keywords: Cultural geography; Racial quotas, Education, Public policies.

OU SONT LES ETUDIANTS NOIR DE UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (PR)?

RÉSUMÉ

Cette étude visait à caractériser les étudiants noirs de *Universidade Estadual de Maringá* (UEM). Pour ce travail, nous avons utilisé référence bibliographique pour une meilleure compréhension des questions raciales et être capable d'écrire à leur sujet. Il a également été utilisé une table de couleur / race des étudiants inscrits dans *Universidade Estadual de Maringá* cours distinctes au cours desquelles ils sont inscrits, organisé par *Núcleo de Processamento de Dados* (NPD) cette institution, avec les données acquises par *Diretoria de Assuntos Acadêmicos* (DAA). Notre préoccupation découle des conditions rencontrées par les Noirs au Brésil, depuis son retrait de différentes régions de l'Afrique pour être réduits en esclavage au Brésil jusqu'à aujourd'hui. Cette population a une histoire d'exclusion, après des années de travail d'esclave est exclu de l'accès à toute politique publique et sans aucune chance d'accès principalement à l'université. Nous concluons cette recherche que les étudiants noirs UEM, comme dans la plupart des universités, sont pour la plupart inscrits à des cours en moins valorisés par la société brésilienne, tels que des cours de sciences humaines, de sortir dans leur grande majorité des cours tels que la médecine, l'ingénierie et la droit.

Mots-clés: Géographie culturelle; Quotas raciales, Éducation, Politiques publiques.

As informações dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam a desigualdade racial de acesso ao sistema de ensino universitário. Embora nos níveis iniciais a presença de estudantes negros na escola pareça relativamente equilibrada, a ausência dessa parte da população aumenta à medida que se eleva as esferas de escolaridade (QUEIROZ, 2004). Isto ocorre pelas decisões que os negros são obrigados a fazer, como começar a trabalhar e ajudar no sustento da família, ou pela “eliminação” que eles sofrem ao prestarem concursos vestibulares para o acesso à educação superior por não terem tido uma educação de base adequada ou similar ao dos demais estudantes que garantem acesso à universidade.

Na Universidade Estadual de Maringá (UEM), localizada na região noroeste do Paraná, esta situação não é diferente, encontrar um negro pelos corredores da UEM não é rotineiro, e quando ocorre é um trabalhador no serviço de limpeza ou de segurança.

A UEM, como outras universidades, utiliza em seu vestibular o Sistema de Cotas Sociais para destinar 20% das vagas previstas em cada curso e turno em vez de utilizar o Sistema de Cotas Raciais, o que é uma forma de esconder a identidade do cotista, que é o estudante negro, que em sua quase absoluta maioria (sendo uma minoria ínfima de negros ricos) é pobre, e sofre com seu “próprio” preconceito, ou baixa autoestima, quando omite informações sobre sua cor ou condição social e econômica.

Caracterizando cada acadêmico da UEM a respeito de sua cor/raça e curso matriculado será possível descobrir qual a porcentagem de alunos negros da UEM, e se ela é compatível com a quantidade de negros em outras universidades brasileiras.

Material e métodos

Para a realização deste trabalho foi utilizado vasta referência bibliográfica de algumas bibliotecas, universitárias e particulares, para entender melhor as questões raciais e poder dissertar sobre elas.

Foi utilizada também uma tabela da cor/raça dos alunos matriculados nessa universidade separado nos cursos em que estão matriculados. Tal tabela foi produzida pelo Núcleo de Processamento de Dados (NPD), dessa instituição, com dados adquiridos pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA), através do link do “menu do aluno” localizado no site da universidade. Ao buscar a opção “alteração de dados para o Censo do MEC” o acadêmico pode se autodeclarar amarelo, branco, indígena, negro ou pardo.

Neste trabalho, utilizarei os procedimentos e as terminologias que vêm sendo consagrados pelo movimento negro e por acadêmicos interessados na compreensão do peso específico da categoria raça na produção de desigualdades educacionais que é a autoclassificação de cor ou raça conforme sua formulação pelo IBGE. Neste trabalho as pessoas negras são as pessoas que se autoclassificaram como pretas e pardas conforme os procedimentos do IBGE.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO COLONIAL

[...] é importante estabelecer o conceito de africanos escravizados tendo a dimensão sociocultural e político-filosófica, posto que não nasceram nessa condição, mas foram submetidos, transformados e tornados escravos pelo sistema político-econômico e pela instituição sociojurídica implantada pelos conquistadores. [...] O escravo nasce, cresce e morre irremediavelmente preso à sua natureza, não há transformação social possível para ele, até seus descendentes serão tratados como escravos, filhos de uma natureza imutável, intransponível. Esta redução ao paradigma da natureza do escravo tem o sentido de manter a escravidão no imaginário social das populações. Portanto, quando se afirma que na África já existia a instituição da escravidão, busca-se informar ideologicamente que o europeu não fez nada de errado, a não ser manter o africano na sua natureza. O conceito de escravizado visa estabelecer outra história: a de que um sujeito livre, proprietário do seu destino, sendo livre e dono de suas capacidades mentais e físicas, foi transformado, submetido a uma condição social imposta pela escravidão, ou seja, a de “peça”, de “ser animal de tração”, de “mercadoria”. (FONSECA, 2008, p. 30-31).

Este trabalho seguirá o princípio teórico de que o escravizado também se relaciona com o empobrecido, o marginalizado, que não simplesmente nascem escravos, pobres e marginais sem que haja um sistema de exploração, expropriação e marginalização funcionando política, econômica, cultural e psicologicamente.

Cotas raciais

(...) as ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos. (PIOVESAN, 2005, p. 39).

Os desiguais devem ser tratados com desigualdade social positiva com a premissa de equilibrar futuramente a sociedade. Deste modo, o sistema de cotas deveria existir em todos os cargos públicos e privados a fim de estabelecer esta igualdade almejada.

A adoção de cotas raciais se faz necessária em razão da dívida histórica que o Estado brasileiro e as elites dirigentes têm com os negros. As cotas seriam uma reparação justa aos danos causados pela política escravista e pelo beneficiamento do Estado e das instituições que se enriqueceram ao curso da escravidão e do tráfico por centenas de anos (FONSECA, 2009, p. 111).

Se levarmos em conta de que em 1950, segundo pesquisas da Unesco, o ensino médio brasileiro era de 91% de estudantes brancos, 7,32% de pardos e 1,62% de pretos (CARVALHO, 2005, p. 103); e atualmente a média da universidade segue esse modelo aproximado, com aproximadamente 10% de negros (pretos e pardos) e 90% de brancos, daqui a cinquenta anos teremos 10% de professores negros, ou o dobro de universitários negros, um número até razoável, porém um tempo demasiado longo.

Cotas pelo mundo

O sistema de cotas teve início na Índia com Bhimrao Ramji Ambedkar, que era líder dos *dalits*, os intocáveis da Índia. Em 1948, Ambedkar conseguiu colocar na Constituição a necessidade de cotas para os *dalits* e os grupos tribais, nas instituições de ensino e no serviço público, como modo de compensar milênios de exclusão e desigualdade (CARVALHO, 2005).

Segundo Carvalho (2005), o sistema de cotas não é nenhum remédio universal que resolverá definitivamente o problema da desigualdade racial. Trata-se apenas de um mecanismo legal e legítimo, entre vários utilizados em muitos países do mundo, para compensar experiências históricas negativas de discriminação, injustiças e opressões sofridas por minorias, grupos étnicos ou mesmo povos inteiros. Estados Unidos, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia,

entre outros, têm desenvolvido modelos específicos de ações reparatórias, em caráter temporário, tomando em conta necessidades concreto de ajuste de contas com seu passado como nações em busca de uma convivência satisfatoriamente independente de outros passos dados com a mesma determinação, sensibilidade ao contexto nacional específico e vontades coletivas.

Cotas nas universidades

[...] poderia sintetizar as quatro motivações principais para justificar a legitimidade e a urgência das cotas nas universidades. O primeiro argumento seria o da reparação: após mais de 300 anos de escravidão, a comunidade negra exige uma compensação inequívoca pela tragédia da escravidão. Garantir o acesso do ensino superior, pelo menos para um pequeno contingente de descendentes dos africanos escravizados no Brasil, é uma das tantas formas possíveis de reparação. Um segundo motivo para as cotas seria a cobrança de um direito, mesmo depois de abolida a escravidão. A Constituição da República, de 1988, assegura um tratamento igual a todos os cidadãos, no que respeitava aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, entre eles, o acesso ao ensino gratuito. Após mais de um século de república a desigualdade de participação no ensino superior da comunidade negra é escandalosa e, sob este ponto de vista, as cotas garantem um direito mínimo de participação. Um terceiro argumento dá respeito especificamente à dinâmica da instituição universitária: a presença de negros e índios enriquecerá a produção de saberes e forçará uma revisão do eurocentrismo subalternizante e absoluto que marca a vida universitária brasileira. Contudo, há uma quarta motivação para as cotas que considero a de maior relevância: a intensificação da luta anti-racista no Brasil. Propor cotas é abrir a discussão, até agora silenciada, sobre a sociedade racista em que vivemos; reconhecer que essas práticas racistas estão presentes também no nosso ambiente acadêmico e forçar uma tomada de posição por parte de todos nós para reverter esse quadro e construir um ambiente universitário livre de práticas racistas e discriminatórias. (CARVALHO, 2005, p. 115).

As cotas universitárias são importantes, pois a presença de negros nas universidades traz impactos social, cultural, simbólico e político relevantes, e é nessa mobilidade social e troca de experiências culturais e de conhecimento científico que o país formará bons administradores e governantes.

Alguns críticos da adoção de cotas se baseiam em teses darwinistas de Arthur de Gobineau e de Lucien Lévy-Bruhl que dizem que o negro tem menor intelecto do que o branco, para afirmar que a inserção de um contingente significativo de estudantes negros nas universidades acarretará um rebaixamento cultural, tecnológico e educacional dessas instituições de ensino (FONSECA, 2005, p. 113).

Com experiências como as da Universidade Estadual de Brasília (UnB), da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) as críticas foram

questionadas e derrubadas, pois as cotas utilizadas nas mesmas não resultaram no rebaixamento acadêmico nem da média de notas dos cursos.

As cotas precisam estar vinculadas a outras políticas, como o de distribuição de vale-transporte, alimentação e moradia. Há também a necessidade de uma verba para a disponibilidade de material didático, pois há uma significativa evasão de cotistas por não conseguirem custear seus estudos.

Na questão de escolha do beneficiário, há várias discussões, se o correto seria utilizar fotografias como é o caso da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e da UnB, se deve haver escolha pela renda, estrutura familiar, etc. Deve-se haver um conhecimento social do candidato, não somente o critério de autoidentificação, pois pode haver fraudes. Porém, é sabido que o fenótipo, a cor da pele principalmente, define o nível social de desigualdade e de exclusão.

Utilizando o caso da UnB como exemplo, os alunos que pleitearem a entrada por cotas farão a mesma prova do vestibular; e do Programa de Avaliação Seriada (PAS) onde todos devem ser aprovados como qualquer candidato, alcançando a pontuação prevista para aprovação. Ou seja, o sistema de cotas não significa introduzir candidatos desqualificados na universidade, pois o vestibular continuará sendo competitivo como sempre. A diferença é que os candidatos que se consideram qualificados a aspirar a tal benefício se identificarão como negros no ato da inscrição e depois de corrigidas suas provas, serão classificados separadamente, sendo aprovados os melhores classificados dentre os que alcançaram a nota de aprovação, até o preenchimento das vagas a eles destinadas. Sendo que em algum curso, menos de 20% dos candidatos negros forem aprovados no vestibular, as vagas de cotas que sobraem retornarão ao conjunto de vagas gerais do vestibular (CARVALHO, 2005).

É preciso construir uma universidade que reflita a diversidade racial e étnica da nossa nação, para melhor pensar as soluções urgentes de que necessitamos para os graves problemas de nossa sociedade como um todo, e não somente da elite.

Ao serem realizadas cotas para estudantes de baixa renda, de fato serão beneficiados indiretamente inúmeros indivíduos negros, porém estaremos mascarando o real motivo da existência de cotas raciais, que é uma dívida político-histórica que o Estado possui com os negros e não com os pobres.

Cotas para docentes

Segundo uma mostra de um senso racial aproximado dos professores de algumas universidades do Brasil, foi realizado de forma primária por Carvalho (2005) e que dá noção do déficit de professores de nossas melhores instituições de ensino, os professores negros em instituições de ensino de nível superior são de 1%, estando muito aquém do modelo da sociedade, que são de 47% negros no Brasil, segundo o IBGE.

Carvalho (2005) tem como sugestão procurar saber, em primeiro lugar se há negros em condições de ocupar cargos como professores de universidades; se a resposta for positiva, pode-se imediatamente um sistema de preferência, sendo que o MEC deverá, em qualquer concurso nas federais, intervir na prática de seleção através de campanha de conscientização racial nas universidades, para que não se reproduza a assustadora proporção de quinhentos professores brancos e três negros em uma única universidade. Negros que tiverem doutorado já poderão entrar na carreira de docente, os que tiverem mestrado entrarão no doutorado pelo sistema de preferência.

Para haver uma política pública racial de qualidade e que obtenha os objetivos esperados, deve-se atingir todos os patamares da universidade e da sociedade, com cotas em diversos nichos da sociedade.

2. O CASO DA UEM: COMO TRATAR AS COTAS RACIAIS?

Abaixo apresentamos duas tabelas, na primeira são destacados os cursos com maior quantidade de negros matriculados, e na segunda estão os cursos com menor quantidade. Tais informações foram retiradas da tabela da distribuição da cor/raça dos alunos matriculados nos cursos da Universidade Estadual de Maringá, disponibilizados pelo DAA.

Tabela 1. Cursos com maior quantidade de alunos negros na Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2010.

Curso	Não declarada	Amarela	Branca	Indígena	Negra (Preta)	Parda
Pedagogia (Ensino à Distância)	277	4	420	4	22	101
Educação Física	176	18	269	4	18	49
Ciências Econômicas (Noturno)	202	25	309	1	13	50
Ciências Sociais (Noturno)	56	6	77	2	11	21
Pedagogia	137	19	225	2	11	67
Letras (Noturno)	146	19	270	0	11	77
Administração (Diurno)	201	54	373	4	10	65
Administração (Noturno)	240	13	269	0	10	75
Matemática (Noturno)	94	10	146	0	9	34
História (Noturno)	85	5	149	0	9	20

Fonte: DAA/UEM, 2010.

Observando a Tabela 1, pode-se notar que a maior parte dos cursos com maior quantidade de negros matriculados são cursos noturnos, em que há a possibilidade do aluno trabalhar no período diurno e vespertino, e são cursos com baixa relação candidato/vaga nos vestibulares, consequentemente com menor prestígio pela sociedade.

Os dez cursos com as maiores quantidades de alunos negros matriculados possuem 124 membros, aproximadamente 57% do total de estudantes negros da UEM, ou seja, a grande maioria dos estudantes negros opta por cursos menos evidenciados.

Tabela 2. Cursos com menor quantidade de alunos negros na Universidade Estadual de Maringá em 2010.

Curso	Não declarada	Amarela	Branca	Indígena	Negra (Preta)	Parda
Engenharia Mecânica	64	14	116	1	2	7
Engenharia Têxtil	53	4	78	1	2	17
Farmácia	86	30	193	0	2	17
Secretariado Executivo Trilíngue	44	8	90	0	2	9
Informática	45	25	124	1	1	28
Medicina	52	20	142	3	1	18
Odontologia	59	16	112	0	1	6
Agronomia	132	25	231	2	0	18
Arquitetura e Urbanismo	69	20	97	1	0	13
Engenharia Química	134	37	247	0	0	24

Fonte: DAA/UEM, 2010.

Analisando a Tabela 2 é possível perceber que os cursos com maior relação candidato/vaga do vestibular da UEM como Medicina 143,1, Arquitetura e Urbanismo 46, Odontologia 29, Engenharia Mecânica 26,4 aparecem na tabela dos cursos com menor quantidade de negros matriculados, isso se deve principalmente ao prestígio que esses cursos têm perante a sociedade, que causam intimidação pela incerteza de ser capaz de conseguir ser inserido e cursar num destes cursos.

Quando separados entre os Centros de Ensino a cor/raça dos estudantes da UEM fica mais perceptível a escolha dos estudantes negros (Tabela 3). Esta divisão foi realizada através dos dados de cada curso separados por cada Centro de Ensino.

Tal divisão deixa claro a grande quantidade de estudantes que se autodeclararam negros, com o Centro de Ciências Humanas com 92 negros matriculados.

Tabela 3. Cor/raça dos estudantes da UEM divididos por centro de ensino na UEM em 2010.

Curso	Não declarada	Amarela	Branca	Indígena	Negra (Preta)	Parda
Centro de ciências humanas	1364	95	1922	15	92	436
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1040	183	1832	11	42	346
Centro de Saúde	413	94	813	11	25	118
Centro de Tecnologia	1002	240	1654	4	21	232
Centro de Ciências Exatas	322	47	569	1	21	119
Centro de Ciências Biológicas	153	9	282	1	7	34
Centro de Ciências Agrárias	431	59	725	4	6	73
Outros	109	17	164	1	0	25

Fonte: DAA/UEM, 2010.

Se repararmos a Tabela 4, pode-se perceber, não quanto ao número de estudantes, mas sim quanto à porcentagem da cor/raça negra (preta), parda e da soma das duas opções, sendo este considerado de fato a população de cor/raça negra dos alunos matriculados para cada centro.

Os Centros de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas possui a maior porcentagem dos alunos negros da UEM, seguidos dos cursos do Centro de Tecnologia e do Centro de Saúde, com apenas aproximadamente 9% do total de estudantes matriculados nesses cursos.

O Centro de Ciências Agrárias e de Ciências Biológicas apresentam números ínfimos, apresentando nem 5% dos estudantes negros da UEM.

Tabela 4. Distribuição de negros (preto), pardos e o total de negros nos diferentes Centros de Ensino da UEM em 2010

Centro	Negra (preta) (%)	Parda (%)	Total (%)
Centro de ciências humanas	42,59	31,41	32,91
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	19,44	24,92	24,18
Centro de Tecnologia	9,72	16,71	15,77
Centro de Saúde	11,57	8,5	8,91
Centro de Ciências Exatas	9,72	8,57	8,72
Centro de Ciências Agrárias	2,77	5,25	4,92
Centro de Ciências Biológicas	3,24	2,44	2,55
Outros	0	1,8	1,55

Fonte: DAA/UEM, 2010.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é percebido, há um equívoco na escolha da cor/raça negra e parda, ou deve-se utilizar a terminologia utilizada pelo IBGE (preto e pardo) ou utilizar a sugerida pelo movimento negro que é a junção das terminologias preta e parda em negro, mas jamais mesclar elas em um censo.

Relevando tal fato e acreditando que os acadêmicos que se auto classificaram negros, acreditaram estar escolhendo a terminologia “preta”, observamos que há uma população preta de 216 alunos, sendo 1,3% dos alunos matriculados na UEM, mas se seguirmos os procedimentos dos movimentos negros, somando a população parda com a preta (erroneamente escrita negra) atingimos um total de 1.604 alunos negros na universidade (precisos 9,7% de alunos negros), estando na média de outras universidades estaduais e federais do Brasil, porém abaixo da porcentagem de negros na sociedade brasileira que é de 49,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2000, sendo 6,9% de pretos e 42,6% de pardos.

É importante frisar que como esse questionário não é obrigatório, e por não ter havido um aviso sobre tal questionamento, um total de 5.151 alunos, cerca de 30%, não responderam o questionário.

Quanto aos Centros de Ensino é possível verificar que há concentração de estudantes negros no Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Maringá, principalmente nos cursos noturnos. Por se tratarem de cursos que podem ser cursados em único turno, pode-se trabalhar em outro turno, como no caso dos cursos de História, Geografia, Letras, Pedagogia, etc., e também dos cursos de Economia e Administração que se encontram no Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Vimos com o decorrer deste trabalho que a discussão sobre cotas ainda é recente no Brasil e no mundo, mas já está ocorrendo. Discussões como estas devem ser mais frequentes e devem criar cada vez mais novas alternativas e melhoras no sistema de cotas raciais.

Pode-se concluir este trabalho com a ideia de que as cotas raciais são medidas paliativas que não mudam a ideia de escolas para ricos e escolas para pobres, visto que mesmo com as cotas os estudantes negros escolhem cursos com menor concorrência para que ao menos consigam um diploma de ensino superior.

A cota racial é uma medida de inclusão da população negra, em sua maioria pobre, nos centros universitários brasileiros. Representando uma medida paliativa, requer na essência, o repensar da organização do sistema de ensino nacional.



4. REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. J. *Inclusão Étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

FONSECA, D. J. História da África e afro-brasileira na sala de aula. In: SOUZA, Rosana de; BENEDITO, Vera Lúcia (Orgs.). *Orientações curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, DOT, 2008. p. 26-76.

_____. *Políticas Públicas e Ações Afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

QUEIROZ, D. M. *Universidade e Desigualdade – Brancos e negros no ensino superior*. Brasília: Liber Livro, 2004.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC/Secadi, 2005. p. 33-45.

Artigo recebido em: março de 2012.

Aprovado em: maio de 2012.